

COMUNICAÇÃO DE ENGAJAMENTO (COE)

2020-2022



CARTA DOS DIRETORES

O Biênio 2020-2021 foi muito desafiador para todos e todas em razão da pandemia do novo coronavírus. Enquanto instituição de ensino, enfrentamos a necessidade de reinventar nosso propósito perante a sociedade e nossa forma de fazer educação. Apesar do afastamento físico, a situação comprovou a vocação humana da Emeron enquanto um espaço imprescindível para a transformação de pessoas.

Neste contexto, além da auto reflexão provocada pela mudança dos paradigmas de atuação, o agravamento de problemas sociais como a desigualdade, o acesso à saúde pública e a direitos fundamentais, entre outros, também nos convidou a questionar qual legado estamos deixando para as futuras gerações, a partir de nosso papel social.

A vocação humana da Emeron nos conduziu à entrada no Pacto Global e a nos tornarmos a única Escola Judicial do Brasil a integrar a maior iniciativa de sustentabilidade do mundo. Esta posição, de grande importância e responsabilidade, solidificou nossa missão enquanto instituição de ensino pública, de construir conhecimento para tecnologias inovadoras e políticas públicas no Estado, a partir da criação de novos espaços de debate a respeito dos direitos humanos, das desigualdades e das necessidades para um futuro viável a todas as pessoas.

Nesta Comunicação de Engajamento são apresentadas as ações promovidas pela Emeron no período de maio de 2020 a maio de 2022 e que integram seu esforço enquanto signatária do Pacto Global. Este documento também é um chamado à ponderação sobre o caminho que construímos até aqui e qual trilho seguiremos a partir de agora, em direção a um desenvolvimento sustentável para todos e todas.

Miguel Monico Neto

Diretor da Emeron

Biênio 2020-2021

Porto Velho, 20 de maio de 2022

Para as partes interessadas:

Enquanto Diretor da Emeron no Biênio 2022-2023, tenho o prazer de confirmar que a Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Emeron reafirma o seu apoio ao Pacto Global das Nações Unidas e a sua missão em promover a sustentabilidade corporativa nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, bem como apoiar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Nos comprometemos a utilizar este relatório como guia para que possamos continuar colaborando com a iniciativa e desenvolver novos projetos, e também a compartilhar essas informações com a sociedade, utilizando nossos principais canais de comunicação.

Atenciosamente,

Raduan Miguel Filho

Diretor da Emeron

Biênio 2022-2023

SUMÁRIO

PARTE I - INSTITUCIONAL

A EMERON

PACTO GLOBAL NA EMERON

PARTE II - AÇÕES E RESULTADOS

INTRODUÇÃO

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E RESULTADOS

1. Promover, de imediato, a inserção de valores e ações relacionados aos dez Princípios do Pacto Global e aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU no Planejamento Estratégico da Emeron
2. Disseminar uma cultura socioambiental entre seu público interno, bem como propiciar um ambiente de trabalho que respeite a dignidade humana
3. Viabilizar, anualmente, ações de formação e aperfeiçoamento voltados ao aprimoramento judicial, baseadas nos princípios do Pacto; e 10. Disseminar entre seu público interno e externo a cultura da sustentabilidade, baseada nos princípios do Pacto
4. Credenciar, no Conselho Estadual de Educação de Rondônia, curso de pós-graduação lato sensu em Direito Ambiental, com o intuito de burilar os entes do Sistema de Justiça
5. Articular projetos de extensão e de cunho social em benefício da comunidade, a exemplo do "Se a Vida Ensina, Eu Sou Aprendiz" (educação profissionalizante a menores em cumprimento de medidas socioeducativas e posterior encaminhamento para estágio), Justiça na Escola (abordagem de temas sociais - violência, direitos, afetividade e privacidade em escolas públicas) e Saber Solidário (arrecadação de doações para entidades assistenciais)
6. Exigir, em cláusulas contratuais, que as ações das empresas contratadas estejam alinhadas aos princípios do Pacto e aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU
7. Informar as ações desenvolvidas por esta Escola, relacionadas aos dez Princípios do Pacto Global e aos 17 ODS, em relatórios a serem divulgados amplamente e encaminhados a essa instituição
8. Apoiar projetos e parcerias já instituídos pelo Pacto Global
9. Recepcionar eventos e deles participar, com o fito de dar efetividade às ações vinculadas aos dez Princípios, em especial no âmbito de atuação do Poder Judiciário, dentro das possibilidades institucionais
11. Apoiar, por meio do Centro de Pesquisa e Publicação Acadêmica - Cepep, a produção científica relacionada às temáticas abrangidas pelo Pacto e pelos ODS

FICHA TÉCNICA

PARTE I - INSTITUCIONAL

A EMERON

A Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Emeron é uma Escola de Governo¹ mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e criada por meio da Res. n. 11, de 20 de agosto de 1986, com os objetivos de propiciar meios para a formação, atualização, aperfeiçoamento e especialização de magistrados(as) e bacharéis em Direito; preparar, doutrinária e tecnicamente, os(as) candidatos(as) a concursos para ingresso na magistratura; oferecer aos servidores(as) da Justiça aprimoramento funcional para ampliar com eficácia a prestação jurisdicional e consolidar o prestígio do Poder Judiciário; bem como concorrer para a compreensão e ao respeito à pessoa humana, às instituições democráticas, aos ideais de verdade e de justiça.

A Emeron é uma das primeiras Escolas de Magistratura² criadas no país e na Região Norte e sua instituição fez parte de um movimento promovido no meio jurídico para a implantação de instituições de ensino próprias aos Tribunais de Justiça com vistas ao seu aprimoramento. Para além do movimento jurídico, sua fundação representa um grande marco para o desenvolvimento social da região em que se situa.

A Emeron é um órgão vinculado ao Tribunal de Justiça de Rondônia, estado pertencente à Amazônia Legal. Rondônia localiza-se a mais de 2.500 quilômetros da capital do país, Brasília, e a 3.000 quilômetros da Região Sudeste, grande centro industrial, tecnológico e intelectual do Brasil. A criação de uma Escola Judicial na Amazônia, distante dos grandes centros, ainda nos idos dos anos 1980, contribuiu sobremaneira para a disseminação do conhecimento nesta região e também para a produção de conhecimento sobre a região sob a perspectiva local.

Com o passar do tempo, a Emeron passa a integrar o estudo e o ensino do direito com outros temas relevantes para a justiça e também para a sociedade, passando a ter como finalidade a formação, a especialização, o aperfeiçoamento, a valorização e a atualização também da administração pública do Estado de Rondônia, e tornou-se uma referência nacional no âmbito das Escolas Judiciais e de Magistratura.

¹ Instituições públicas criadas com a finalidade de promover a formação, o aperfeiçoamento e a profissionalização de agentes públicos, visando ao fortalecimento e à ampliação da capacidade de execução do Estado.

² Escola de Magistratura: Escolas de Governo no âmbito judicial. Entre as décadas de 1970-2000 designavam as escolas voltadas à preparação de candidatos para a magistratura e para o aperfeiçoamento prioritário de magistrados(as). Após a criação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam, passou-se a denominar Escola de Magistratura as instituições mantidas pelas Associações de Magistrados e como Escolas Judiciais aquelas vinculadas aos Tribunais e que atuam na formação de magistrados(as) e de servidores(as).

Em 2011, com a publicação do Decreto n. 16.355/2011 do Governo do Estado de Rondônia, a Emeron tornou-se a primeira Escola de Governo do Estado de Rondônia a ter status de Instituição de Ensino Superior, com autorização para oferta de Educação Superior e para o funcionamento do seu primeiro curso de pós-graduação *lato sensu*.

Como Escola Judicial e Instituição de Ensino Superior, a Emeron oferece ações educacionais de ensino superior, pesquisa e extensão nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, conforme a Lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, a Escola Nacional de Formação de Magistrados – ENFAM e o Conselho Nacional de Justiça. Sua atuação presencial se baseia nas cidades de Porto Velho e Cacoal, mas, sobretudo na pandemia, sua atuação virtual foi ampliada e atende a todo o Estado de Rondônia, outros Estados do Brasil e até mesmo países.

No aspecto administrativo, a Emeron é unidade gestora responsável pelo gerenciamento do seu orçamento, oriundo do Poder Judiciário, com competência para ordenação de despesa. Atualmente, conta com equipes próprias nas áreas de pedagogia, comunicação, pesquisa e administração, entretanto, a execução orçamentária dos recursos ocorre por meio das unidades competentes do Tribunal de Justiça.

As ações desenvolvidas pela Escola da Magistratura compõem o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de Rondônia, dentro do Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas”, da Perspectiva Aprendizado e Crescimento, e do Macrodesafio “Fortalecimento das Relações Institucionais do Judiciário com a Sociedade”, na Perspectiva Sociedade.

PACTO GLOBAL NA EMERON

Ao observar-se o histórico do Poder Judiciário, percebe-se que a prestação jurisdicional sempre se relacionou com os temas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pois as decisões judiciais ou projetos institucionais versam, de alguma maneira, sobre as perspectivas social, ambiental e econômica.

Neste sentido, desde 2007, pouco após sua criação, o Conselho Nacional de Justiça, órgão regulador da atuação do Poder Judiciário brasileiro, passou a orientar os Tribunais para que promovessem a inclusão de práticas socioambientais nas atividades de rotina. Esta visão é amadurecida em 2015 com a publicação da Resolução 201, que determina que os órgãos e conselhos do Poder Judiciário adotem modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social. A normativa também cria unidades ou núcleos socioambientais e implanta o Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).

Em 2018, apenas três anos após o lançamento da Agenda 2030, foi iniciado o processo de institucionalização da Agenda no Poder Judiciário brasileiro, iniciativa pioneira no mundo todo. A aspiração visionária se concretizou no ano seguinte através do Pacto pela Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 no Poder Judiciário e no Ministério Público, documento que estabelece as diretrizes para que os dois órgãos possam contribuir diretamente, dentro de suas atribuições legais e do desenvolvimento de estratégias de governança pública e sensibilização de atores, para o alcance dos 17 ODS.

No ano seguinte, foi aprovada a Meta 9 - Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário durante o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, ressaltando o compromisso do Poder Judiciário com a Agenda e sancionando a participação de todos os tribunais brasileiros neste engajamento. A meta é revisada anualmente e propõe continuamente novas formas de integralização da Agenda.

Como órgão vinculado ao Tribunal de Justiça responsável pela educação corporativa, a Emeron também integra o esforço institucional para a promoção da sustentabilidade e para a integração da Agenda 2030 no judiciário. Analisada sua história, percebe-se que, mesmo antes da institucionalização do tema, a Escola Judicial rondoniense já promovia atividades voltadas para a reflexão, produção de conhecimento e mobilização quanto aos direitos humanos, ao meio ambiente e ao desenvolvimento social. Nesta esteira, pode-se usar como exemplo a promoção, no ano 2000, do I Seminário Internacional de Direito Ambiental, alinhado aos recém lançados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM.

Compreendendo seu papel social enquanto instituição de ensino e também sua vinculação com os Dez Princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, a Emeron viu no Pacto Global uma oportunidade para estruturar a nível global as ações de desenvolvimento

sustentável que já vinham sendo promovidas por ela e também criar novas atividades neste tema.

Assim, em março de 2020 é submetida à Organização das Nações Unidas uma Carta de Compromisso para adesão ao Pacto Global. Com isso, a Emeron tornou-se a única Escola Judicial do Brasil e a única instituição do judiciário da Região Norte em tal posição, tornando-se uma das principais responsáveis pela disseminação dos Princípios do Pacto Global e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Tribunal de Justiça de Rondônia.

PARTE II – AÇÕES E RESULTADOS

INTRODUÇÃO

A Emeron informa, por meio deste relatório, as ações relacionadas aos dez Princípios do Pacto Global e aos 17 ODS desenvolvidas no período de 20 de maio de 2020 a 20 de maio de 2022.

Todas as atividades e projetos apresentados neste documento tiveram origem nas 11 ações elencadas pela Emeron em sua Carta de Compromisso. As ações foram definidas a partir de um processo de priorização constituído das seguintes etapas:

- identificação dos princípios do Pacto Global e dos ODS diretamente relacionados à atividade-fim da Escola - educação;
- identificação dos princípios do Pacto Global e dos ODS que se enquadram dentro das metas de ações do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário de Rondônia e que podem ser atendidas diretamente pelo mister da Emeron;
- Considerando a atividade-fim, seleção do ODS 4 (Educação de Qualidade) como ferramenta para a abordagem dos demais objetivos;
- Adoção das metas dos ODS adaptadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e pela vinculação feita pela Meta 9 do CNJ;
- Possibilidade de intersecção entre o Pacto Global e os ODS em ações conjuntas; e
- Possibilidade de parcerias com unidades do Tribunal de Justiça e com projetos institucionais.

A Emeron submeteu sua carta no dia 17 de março de 2020, uma semana após a declaração, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), da pandemia do novo Coronavírus. Desta forma, todas as atividades relacionadas ao Pacto Global e aos 17 ODS foram promovidas inteiramente no período pandêmico, o que impactou diretamente na execução dos compromissos assumidos. Por um lado, algumas atividades foram prejudicadas diante da suspensão das ações presenciais. Por outro, este embargo gerou oportunidades de novos projetos.

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA

Esta Comunicação de Engajamento (COE) descreve nossas ações de apoio ao Pacto Global no período de maio de 2020 a maio de 2022.

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E RESULTADOS

Conforme apresentado na introdução deste capítulo, todas as ações promovidas pela Emeron em seus dois primeiros anos como signatária do Pacto Global estão vinculadas à carta de compromisso apresentada à ONU.

Desta forma, os resultados serão apresentados a partir de cada item da correspondência:

1. Promover, de imediato, a inserção de valores e ações relacionadas aos dez Princípios do Pacto Global e aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU no Planejamento Estratégico da Emeron

PPG³: Todos

ODS: Todos

Seguindo as orientações de seu mantenedor, a Emeron adota o modelo de planejamento estratégico - PE quinquenal.

No início de 2020 foram iniciadas as tratativas para revisão do PE, que consiste em etapas de análise da estratégia atual, levantamento de dados de necessidades e realização de oficinas, com os servidores e servidoras e com a direção, para identificação e priorização dos processos, recursos, indicadores e projetos que serão alterados. O processo de atualização do PE, que estava na fase de realização de oficinas, foi interrompido pela pandemia do novo coronavírus, instaurada logo após o início das tratativas, posto que os *workshops* possuem metodologia presencial.

Além da incerteza da retomada das atividades presenciais, outro fator postergou a continuidade da revisão do planejamento estratégico. Em 2021, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam, instituição responsável pela regulamentação, autorização e fiscalização das Escolas Judiciais e de Magistratura, empreendeu a elaboração da Estratégia Nacional das Escolas e do Plano Estratégico das Escolas Judiciais e de Magistratura, documento que tinha como objetivo a implantação de diretrizes nacionais de atuação institucional para o sexênio 2021-2026.

Considerando que, enquanto Escola Judicial, as atividades da Emeron são alinhadas à Enfam, o novo Planejamento Estratégico da Escola rondoniense também deveria ser ressonante ao Plano Estratégico das Escolas Judiciais e de Magistratura. Neste sentido, a Emeron participou ativamente da construção do Plano Estratégico, entretanto, após a validação pelas escolas de todo o país, o documento não foi aprovado, dado que os indicadores propostos a nível nacional não atendiam à realidade das Escolas Judiciais e de Magistratura de menor porte.

³ Princípios do Pacto Global

Assim, no início de 2022, considerando o atraso na revisão do Planejamento Estratégico e diante do retorno das atividades presenciais, a Emeron retomou as tratativas para a concepção de um novo plano diretor, o que se encontra em andamento no momento.

Desta forma, não foi possível atender ao item 1 da carta de compromisso antes da finalização desta comunicação de engajamento.

2. Disseminar uma cultura socioambiental entre seu público interno, bem como propiciar um ambiente de trabalho que respeite a dignidade humana

PPG: 1, 2, 3, 6 e 10

ODS: 3, 4, 5, 8, 10 e 16

De forma a proporcionar um ambiente de trabalho que respeite a dignidade humana, foram promovidas uma série de ações institucionais de forma a adequar as normas vigentes, a estrutura organizacional e os fluxos de trabalho.

Todas as alterações foram construídas de forma colaborativa com a total participação dos(as) servidores(as) da Emeron e, quando necessário, de outras unidades do Tribunal de Justiça de Rondônia.

Revisão normativa e estrutural

A partir da análise dos fluxos e processos de trabalho, distribuição da força de trabalho e da arquitetura formal contraposta à arquitetura informal e aplicada na prática, algumas unidades foram reestruturadas, com a renomeação ou criação de seções, bem como alteração de subordinação.

A medida visou adequar o atendimento das demandas de forma a melhorar a distribuição e o sistema de trabalho, contribuindo para a diminuição do estresse e do esgotamento dos(as) servidores(as).

Alteração de horário de expediente e jornada de trabalho

Considerando a grande quantidade de ações educacionais ofertadas em horário comercial⁴, no período noturno e nos finais de semana, o horário de expediente e o cumprimento da jornada de trabalho dos servidores lotados na Emeron passaram por alterações.

Com a alteração, o horário de expediente da Escola foi ampliado, passando a atender ao público de segunda à sexta, das 7 às 23h, e aos sábados das 7h30 às 12h e das 14h às 18h. Para distribuir a força de trabalho dentro deste período, também foi autorizado o cumprimento da jornada de trabalho de forma flexibilizada, evitando sobrecarga e necessidade de realização de horas extras pelos servidores.

⁴ Das 8h às 12h e das 14h às 18h

Modelo de trabalho híbrido

Diante do retorno das atividades presenciais em Rondônia, em outubro de 2021, foi instituído, de forma temporária até 31 de dezembro, o modelo de trabalho híbrido para os servidores e servidoras da Emeron.

Foi priorizada a permanência em trabalho remoto dos servidores e servidoras gestantes e lactantes; com filhos menores de 5 anos ou deficiência, necessidades especiais ou doença grave, bem como responsáveis por dependentes legais na mesma condição, e aqueles enquadrados no grupo de risco.

A medida teve como objetivo preservar a saúde de servidores e servidoras, bem como do público externo, mas, principalmente, garantir que todas as pessoas que trabalham na Emeron e apresentam condições pessoais especiais tivessem o tempo necessário para organizar seu retorno de forma tranquila e sem prejuízos familiares.

Canais oficiais de comunicação

Com a alteração do horário de expediente e também da jornada de trabalho, bem como com a suspensão das atividades presenciais devido à pandemia da Covid 19, de forma a ampliar e promover a acessibilidade da comunicação e proporcionar o bem-estar dos(as) servidores(as) da Emeron, foi regulamentado o uso do aplicativo Whatsapp Business como canal oficial de comunicação da Escola juntamente aos e-mails institucionais, aos ramais telefônicos e as redes sociais.

O uso dos canais oficiais de comunicação contribui para o bem-estar dos servidores(as) da Emeron, a partir da separação entre assuntos pessoais e profissionais e restrição do atendimento à jornada diária, o que colabora para a organização pessoal e das rotinas da unidade.

Plano de Capacitação

Com o propósito de desenvolver competências dos(as) servidores(as), de maneira isonômica, foi elaborado o Plano de Capacitação para o Biênio 2020-2021, a partir das indicações das unidades organizacionais e também alinhado à Política Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça, e ao Programa Permanente e de Capacitação destinado à formação e ao aperfeiçoamento do(a) servidor(a), do Tribunal de Justiça de Rondônia.

O plano é organizado em três blocos:

Bloco 1: Formação Comum - cursos realizados, preferencialmente, *in company*, no mínimo duas capacitações ao ano, para viabilizar a participação de todos os(as) servidores(as) da Emeron. Pode-se citar como exemplo de formações realizadas neste bloco, cursos de Comunicação não-violenta, sustentabilidade, gestão administrativa e de emoções.

Bloco 2: Formação Especializada - considerando a especialidade das áreas, propõe-se ofertar, no mínimo, uma capacitação ao ano, para os(as) servidores(as) de cada área. Exemplos: formação em tratamento de resíduos sólidos, curso sobre Comunicação, Judiciário e Diversidade e cursos sobre licitações e contratações.

Bloco 3: Eventos e Visitas Técnicas - participação em eventos de cada especialidade e realização de visitas técnicas fora do Estado, a serem atendidas conforme disponibilidade orçamentária e conveniência da Administração. Exemplo: visitas a centros culturais e de memória públicos na cidade do Rio de Janeiro.

Frente à pandemia do novo coronavírus, foram priorizados os blocos 1 e 2 do plano e sua realização no modelo de educação a distância. Ao final de 2021 e com o afrouxamento das medidas sanitárias, foram realizadas algumas formações no formato presencial, além de visitas técnicas.

Todas as ações listadas acima atingiram em torno de 100 pessoas, dentre servidores e profissionais terceirizados que atuam na Emeron.

Política de Ações Afirmativas - PAA

Outra ação tomada pela Emeron em 2021, visando o respeito à dignidade humana, foi o estabelecimento de Política de Ações Afirmativas - PAA nos programas e cursos de pós-graduação ofertados pela Emeron ou em parceria com outras instituições.

A política foi construída com base nos tratados internacionais de direitos humanos, bem como legislações nacionais vigentes, a exemplo do Estatuto da Igualdade Racial, e visa o ingresso e permanência de pessoas oriundas de famílias de baixa renda, pretas ou pardas e de comunidades quilombolas, pertencentes a povos indígenas residentes no território nacional, trans e com deficiência.

Para as ações afirmativas de ingresso, é prevista, em cada processo seletivo, a reserva de pelo menos 25% das vagas para os grupos minoritários. Já para as ações afirmativas de permanência, são promovidos incentivos financeiros na forma de bolsas de estudos integrais ou parciais e descontos diversos.

Resultados das políticas de ingresso e de permanência

O primeiro curso a aplicar a política de ingresso e de permanência foi a Pós-Graduação em Direito para a Carreira da Magistratura - EDCM, curso anual ofertado pela Emeron nas cidades de Porto Velho e Cacoal.

O Edital 2021 do processo seletivo do curso previu que 24 das 50 vagas ofertadas pela especialização fossem destinadas às ações afirmativas, sendo 12 em cada polo. Diante da grande procura, em Porto Velho houve aumento no número de vagas.

No tocante à permanência, o edital previu:

- a isenção da taxa de inscrição a todos(as) os(as) candidatos(as) do processo seletivo;
- a concessão de 10 bolsas socioeconômicas integrais divididas igualmente nas duas comarcas em que se realiza o curso, destinadas aos cinco candidatos melhores classificados dentre os aprovados nas vagas reservadas à Política de Ações Afirmativas;
- a concessão de bolsas integrais de 100% concedidas a servidores(as) do Poder Judiciário do Estado de Rondônia;
- Desconto Socioeconômico de 30% de desconto no valor da mensalidade para servidores(as) de órgãos públicos, exceto judiciário estadual e Poder Executivo;
- Desconto de 40% no valor da mensalidade para servidores(as) do Poder Executivo do Estado de Rondônia, conforme Termo de Cooperação Técnica N° 2/2018.

Este ano, foram mantidas as regras do edital anterior. A novidade foi a isenção das mensalidades para todos os(as) discentes que integralizarem o curso no período de dois anos. Diante da grande procura, foi ampliado o número de vagas de 50 para 100 em Porto Velho e para 60 em Cacoal, o que também aumentou o número de vagas destinadas à PAA.

Ano	Vagas Ofertadas	Divisão	Matriculados Porto Velho	Cacoal
2021	12	5 - integrantes de famílias de baixa renda	7	0
		3 - pretas ou pardas e de comunidades quilombolas	7	6
		2 - pessoas com deficiência	0	0
		1 - indígena	0	0
		1 - pessoa trans	0	0
<p>Total beneficiados: 20 pessoas As vagas foram remanejadas dentro do total destinado à PAA, conforme previsão do edital. (não havendo candidatos para um grupo, as vagas são divididas inicialmente entre as demais minorias e, não sendo suficiente, são destinadas à ampla concorrência) Em Porto Velho, os cinco primeiros colocados receberam bolsas integrais. Os demais foram agraciados com desconto socioeconômico. Em Cacoal, foram cinco contemplados com desconto socioeconômico e uma com bolsa integral.</p>				

2022	24	10 - integrantes de famílias de baixa renda	4	3
		6 - pretas ou pardas e de comunidades quilombolas	14	3
		4 - pessoas com deficiência	1	0
		2 - indígena	0	0
		2 - pessoa trans	0	0
Total beneficiados: 25 pessoas Houve redivisão das vagas, conforme demanda.				

Comissão Própria de Avaliação

Em março de 2021 foi instituída, no âmbito da Emeron, a Comissão Própria de Avaliação - CPA. A CPA tem entre suas finalidades o planejamento, o desenvolvimento, a coordenação e a supervisão da Política de Avaliação Institucional.

A CPA é composta por representantes de vários segmentos, como membros das equipes administrativa e pedagógica, representantes dos corpos docente e discente e também da comunidade externa, presididos pela vice-direção da Emeron, de forma a permitir a diversidade de visões na condução dos processos avaliativos.

A partir de um plano de ação, a CPA promoveu uma análise profunda dos processos pedagógicos e de trabalho da Emeron, construindo propostas de melhorias, de forma colaborativa com todos os servidores(as) lotados(as) na Escola.

Dentre as ações realizadas pela Comissão estão a construção e unificação de instrumentos de coleta de dados e os estudos e a implementação do Banco de Formadores, propostas que impactam diretamente o processo decisório no planejamento de ações educacionais. A partir dos dados coletados nas avaliações de reação, são detectados pontos positivos e negativos, possibilitando melhorias.

Da mesma forma, com o sistema informatizado reunindo todas as informações sobre docentes, é possível escolher os (as) professores(as) ou instrutores(as) mais adequados(as) às necessidades da formação, considerando informações como currículo, avaliação em ações anteriores, impacto financeiro de contratação, entre outros.

A CPA também apresentou proposta de atualização de normativo que rege a atividade de docência no âmbito do Tribunal de Justiça de Rondônia, de forma a atualizar e simplificar o fluxo de trabalho a respeito desta atividade, bem como estabelecer critérios para seleção docente, incluindo-se critérios como a representação equitativa, a diversidade regional, de gênero e de raça, atendendo

às políticas internacionais de direitos humanos. Até o envio deste relatório, a proposta ainda não havia sido votada.

Por se tratar da primeira composição da Comissão, suas atividades ainda estão em consolidação e, portanto, não é possível, ainda, mensurar seus resultados reais. Apesar disso, é preciso ressaltar que o trabalho da Comissão Própria de Avaliação tem impacto direto no ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes ao propor e desenvolver melhorias nos fluxos e no ambiente de trabalho, permitir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa, o que resulta no fortalecimento da Emeron enquanto instituição pública e, conseqüentemente, de seu mantenedor, o Tribunal de Justiça de Rondônia, com vistas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e da garantia de direitos ao cidadão e cidadã.

Nova sede

Em meados de 2020 foi dado início à obra de reforma do prédio do antigo Fórum Sandra Nascimento, no centro de Porto Velho, que desde janeiro deste ano, abriga a nova sede da Emeron. O prédio passou por um processo chamado retrofit ou “colocar o antigo em forma” e teve seu projeto arquitetônico baseado nos conceitos de arquitetura escolar, em que as instalações são projetadas para colaborar com o processo de aprendizagem, e de acessibilidade.

Apesar do trabalho de modernização da estrutura, foi recomendado à construtora responsável pela obra a preservação máxima das paredes e do chão de madeira do antigo plenário e do auditório, como forma de resguardar a biografia do prédio, que serviu como sua matriz até a inauguração do Edifício-sede em 2008.

Com a nova sede, a Emeron passou a ter capacidade de atendimento ampliada para quatrocentos e oitenta e um alunos sentados, setenta servidores, dez professores lecionando simultaneamente, área de convivência, copa ampla, estacionamento interno, dois elevadores, setores administrativos.

Além da ampliação da capacidade de atendimento, a obra adequou a edificação aos quesitos de sustentabilidade social, ao apresentar estrutura totalmente adaptada às necessidades de pessoas com deficiências; e ambiental, com captação de energia solar, gerando autossuficiência na geração de energia, o que proporcionará economia de recursos públicos e hídricos.

Ainda em relação à sustentabilidade ambiental, no mês de março foi dado início à coleta seletiva de resíduos no prédio. Para a efetividade do projeto, todos os servidores e funcionários terceirizados das equipes de limpeza e conservação passaram por treinamento para o descarte adequado de resíduos. Todas as salas de aula e de trabalho, bem como os espaços coletivos, receberam lixeiras identificadas para o despojo de itens recicláveis e não recicláveis e a copa passou a contar com recipientes para descarte de resíduos orgânicos, que são encaminhados para compostagem.

Todos os resíduos recicláveis coletados são encaminhados para cooperativas previamente cadastradas junto ao Tribunal de Justiça de Rondônia.

3. Viabilizar, anualmente, ações de formação e aperfeiçoamento voltados ao aprimoramento judicial, baseadas nos princípios do Pacto; e 10. Disseminar entre seu público interno e externo a cultura da sustentabilidade, baseada nos princípios do Pacto

PPG: 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9 e 10

ODS: 3, 4, 5, 8, 10, 11, 12, 13, 15 e 16

Conforme explanado na introdução deste capítulo, a Emeron elegeu o ODS 4 (Educação de Qualidade) como principal ferramenta para a abordagem dos demais objetivos e dos Princípios do Pacto Global. Desta forma, a cultura da sustentabilidade, elencada no item 10, também foi disseminada por meio de ações educacionais, portanto, os resultados destes dois itens serão apresentados em conjunto.

Eventos virtuais

Com a instituição do distanciamento social como medida de contenção à pandemia do novo coronavírus, a Emeron publicou a Instrução 02/2020, que estabeleceu a suspensão das atividades administrativas e pedagógicas e a realização de ações de formação continuada na modalidade presencial, instituiu o regime de *home office* aos servidores(as) e autorizou, em caráter excepcional, a promoção das ações educacionais na modalidade de educação a distância (EaD).

A instrução autorizou a realização, por meio de transmissão ao vivo (*live stream*) de ações educacionais de ordem técnica, gerencial e comportamental (palestras e ciclo de palestras, seminários, fóruns e mesas-redondas), proposto por servidores(as) e magistrados(as), sobre temas das ciências exatas, sociais e humanas e interdisciplinares.

A Emeron entrou no Pacto Global dois meses após a suspensão das atividades presenciais. Diante desta impossibilidade, os eventos virtuais foram a principal ferramenta de divulgação e debate dos ODS utilizados pela Emeron no período. De forma a amplificar a divulgação, em todos os materiais gráficos dos eventos são aplicados os ícones dos ODS correspondentes, e nos textos jornalísticos e durante as transmissões, são feitas referências aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável vinculados.

Em 2020, entre junho, quando foi publicada a instrução, e dezembro, foram realizadas 35 lives, algumas delas como ação em projetos institucionais como o Aurora, do TJRO; e o Programa Fazendo Justiça, do Conselho Nacional de Justiça. Com a realização dos eventos virtuais, o Canal da Emeron no Youtube transformou-se em uma plataforma de conteúdo educacional de qualidade, gratuito e diversificado, além de possibilitar a reunião de grandes nomes das diversas

temáticas abordadas sem custo para a instituição ou para os participantes. As lives superam a média de 500 visualizações, tendo algumas delas excedido consideravelmente esta métrica.

Data	Descrição do evento	Carga horária	Participação ⁵
04/06/2020	Webinário Meio Ambiente, Sustentabilidade e Legislação	2	340
30/06/2020	Fórum "Vivências LGBTQ+ no ambiente institucional: Perspectiva legal e caminhos afirmativos"	2	109
26/06/2020	Palestra "Proatividade em tempos de pandemia"	2	108
15/07/2020	Palestra "Magistratura: desafios e vocação"	2	64
20/07/2020	Seminário "Reflexões sobre Alienação Parental e Conflitos Familiares: Implicações jurídicas, sociais e psicológicas"	3	232
22/07/2020	Lançamento do livro "Estudos em homenagem ao Ministro Luís Roberto Barroso"	2	207
24/07/2020	Seminário "Comunicação Positiva para Desenvolvimento de uma Cultura de Paz" (de 24/07 a 21/08)	10	79
27/07/2020	Webinário "Justiça Restaurativa: Fortalecimento da Rede de Justiça Restaurativa em Rondônia"	3	131
03/08/2020	Oficina do Autoconhecimento	3	314
07/08/2020	Aula inaugural do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da PM 2020 Palestra: Ocupação do Território e Crimes Ambientais no Estado de Rondônia	3	226

⁵ A participação contempla o número de pessoas participantes.

12/08/2020	Comemoração aos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	3	1.400
21/08/2020	Fórum "Ciclicidade e Produtividade"	2	487
26/08/2020	Seminário "Métodos de trabalho da CPE1G em home office"	2	131
27/08/2020	Palestra "Amazônia Sustentável: Desafios e Oportunidades"	2	287
02 e 03/09/2020	Ciclo de Palestras "Entenda seu contracheque"	4	610
10/09/2020	Fórum "Mediação de Conflitos: Experiências e perspectivas"	3	185
14/09/2020	Palestra "Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Paz - Reflexões Práticas: As competências socioeconômicas no pós pandemia"	2	162
16/09/2020	V Encontro sobre penas e medidas alternativas: A responsabilidade social das instituições parceiras em articulação com as políticas públicas em meio à pandemia	3	100
21/09/2020	Seminário "Eleições em tempos de pandemia"	2	111
23/09/2020	Oficina de Pais e Filhos - Relacionamentos Saudáveis	2	30 (evento fechado)
28/09/2020	Palestra "Setembro Amarelo: Como intervir e acolher em tentativas de suicídio"	3	439
30/09/2020	Fórum Justiça Restaurativa: Fortalecimento da rede de Justiça Restaurativa em Rondônia (Módulo I)	2	125
01/10/2020	Palestra "Meio ambiente e mudanças climáticas"	2	373
08/10/2020	Palestra "Indústria de Rondônia: Situação atual, perspectivas e desenvolvimento"	2	221

	sustentável"		
09/10/2020	Palestra "Lei de inclusão no Sistema Prisional"	2	298
13/10/2020	Fórum "Dia Mundial da Saúde Mental"	2	250
15/10/2020	Fórum "A importância da participação masculina na divisão de tarefas domésticas: em busca da harmonia familiar"	2	4.300
19/10/2020	Palestra "Resiliência na educação: para além do novo normal, para a vida"	2	150
26/10/2020	Webinário "Sistema de Justiça Contemporâneo" (26/10 e 05/11)	5	1.393
04/11/2020	Fórum "Fortalecimento da rede interinstitucional de Justiça Restaurativa em Rondônia"	3	92
16/11/2020	Fórum "Focando no Eu/nós"	3	333
18/11/2020	Seminário "Mediação e Inovações do Direito Digital no Processo Civil"	2	196
02/12/2020	Webinário "Juízo 100% Digital"	2	615
03/12/2020	Palestra "5 anos da criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei Brasileira de Inclusão"	1	233
Total			14.331

Em 2021, com a atualização da normativa que rege os eventos virtuais, estes foram ampliados. Entre janeiro e dezembro foram realizados 34 projetos, totalizando mais de 100 dias de transmissão, visto que diversas ações educacionais foram realizadas de forma modular, a exemplo do I Seminário de Sustentabilidade da Ecoliga, promovido com encontros semanais durante todo o mês de junho.

Ao longo do ano foram mais de 40.302 visualizações, perfazendo mais de 14 mil horas de exibição do conteúdo produzido.

Data	Descrição do evento	Carga horária	Participação
21/01/2021	Fórum "A energia feminina como caminho para a saúde mental"	1	330
28/01/2021	Mesa redonda "O processo de autoconhecimento como um mecanismo de saúde mental"	2	445
24/02/2021	Plano de Logística Sustentável: integração do Judiciário de Rondônia à Agenda 2030	2,5	832
02/03/2021	Encontro de Pensadores: Uma reflexão sobre a pandemia e a humanidade	2	407
08 e 10/03/2021	Semana da Mulher: Justiça e Equidade	4	1.147
15 e 22/03/2021	Fórum Mulheres em Luta: caminhos para equidade	5	945
07/04/2021	Roda de conversa "Luto e reconstrução no enfoque sistêmico"	1,5	15
14/04/2021	Mesa redonda "O sistema penitenciário brasileiro: políticas públicas e influências das organizações criminosas"	2	1.100
15/04/2021	Mesa redonda "Crise de legitimidade do Direito Penal: a seletividade e as agências judiciais na América Latina"	2	1.500
06/05/2021	Mesa Redonda "Superação e aprendizado: histórias de luta contra Covid-19"	2	814
14 e 21/05/2021	Seminário Hermenêutica Jurídica, Democracia e Tecnologia	4	933
18/05/2021	Palestra "Principais julgamentos da história e seus reflexos no sistema de justiça contemporâneo"	2	358
26/05/2021	Fórum Ciclos femininos: higiene e sustentabilidade	2	537

1, 8, 15, 22 e 29/06/2021	I Seminário de Sustentabilidade da ECOLIGA/RO	10	2.830
16/06/2021	Aula Magna Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça Palestra: Proteção do Meio Ambiente + Defesa dos Direitos Humanos de Povos e Culturas Amazônicas e o Papel do Sistema de Justiça	3	670
28/06/2021	Fórum "Dia do Orgulho LGBTQIA+: Diversidade na Religiosidade - Aspectos jurídicos e práticas de inclusão"	2	513
01/07/2021	Palestra "Conjugalidade e Parentalidade: A família como um sistema"	1	834
07/07/2021	Mesa Redonda - Escrevendo histórias: práticas de leitura nas unidades prisionais em Rondônia	3	791
08/07/2021	Fórum "Adoção: Histórias Cruzadas"	2	332
19/08/2021	Mesa redonda "Saúde mental e espiritualidade"	2	611
14 e 15/09/2021	Aequalitas - II Fórum Pimentense pela Paz em Casa	4	948
21/09/2021	Fórum "Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência"	2	353
21/09/2021	Palestra "Setembro Amarelo: Você não está sozinho!"	2	586
14 e 15/10/2021	Encontro de Magistrados(as) e Servidores(as)	4	3.000
21 e 28/10/2021	Encontro de Notários(as) e Registradores(as)	7	2.230
27/10/2021	Palestra "Criptoativos e Smart Contracts - Impactos na atividade jurisdicional"	2	498

04, 11 e 18/11/2021	Fórum "Ciclo de Conversas sobre Negritude e Racismo - Mês da Consciência Negra"	4	750
17 e 18/11/2021	II Seminário Estadual de Judicialização da Saúde	11,5	2.465
17 e 18/11/2021	Seminário "Nova lei de improbidade administrativa: perspectivas e mudanças"	4	73
24 a 26/11/2021	Congresso Internacional de Direito Ambiental	11	2.049
25/11/2021	Fórum "Quando o machismo intoxica homens e mulheres"	2	327
9 e 10/12/2021	Congresso Internacional de Comunicação Socioambiental e Segurança Alimentar e Nutricional	14	406
Total			29.629

Em 2022, mesmo com o retorno das atividades presenciais, a Emeron mantém os eventos virtuais como forma de continuar massificando conhecimento e divulgando os 17 ODS. Até o momento foram promovidos os seguintes eventos:

Data	Descrição do evento	Carga horária	Participação
21/01/2021	Fórum "A representatividade da Mulher nos Espaços Públicos"	2	425
28/01/2021	Aula Magna da Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura Palestra: O Poder Judiciário na Idade Mídia	2	702
24/02/2021	Seminário "Dinheiro: Modos de Usar. De que maneira as emoções afetam seu bolso"	1,5	254
02/03/2021	Fórum "A mulher e a gestão de carreiras no setor público"	2	149
08 e 10/03/2021	Mesa de Reflexão "Diálogos Justiça e Aviação"	2	170

19/05/2022	Seminário Consumimos, logo existimos?	2	385
Total			2.085

Estão previstos:

Data	Descrição do evento	Carga horária
31/05/2022	Pandemia e a Saúde Emocional e Social	2
07/06/2022	Como está a tua segurança... DIGITAL?	1
09/06/2022	A Economia do dia a dia: Práticas para melhorar sua saúde financeira	2
21/06/2022	Semana do Meio Ambiente	2

Todos os eventos virtuais promovidos pela Emeron ficam permanentemente disponibilizados em seu Canal no Youtube ([emeron.tjro.jus.br](https://www.youtube.com/c/emeron.tjro.jus.br)) de forma gratuita.

Ecoliga

A Ecoliga-RO é uma rede de cooperação e colaboração entre órgãos públicos do Estado para o compartilhamento, implementação, integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental. Criado em 2017, o consórcio é composto por mais de dez instituições públicas, entre elas o Tribunal de Justiça de Rondônia. Dentre as ações promovidas pela Ecoliga estão a execução de compras compartilhadas, logística, destinação adequada de resíduos e ações de capacitação.

A partir da publicação da Instrução 02, a Emeron, enquanto unidade subordinada ao TJRO, começou a promover eventos virtuais com temáticas afetas à sustentabilidade em parceria com o Núcleo de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão do Poder Judiciário, responsável pelas ações da Ecoliga na instituição. Compreendendo que os propósitos da coalizão se associam com seus compromissos enquanto signatária do Pacto Global, no início de 2021 a Emeron solicitou oficialmente sua entrada como signatária da Ecoliga-RO.

No mês de junho de 2021, a realização do I Seminário de Sustentabilidade da Ecoliga de Rondônia marcou a entrada oficial da Emeron no pacto. Este foi o primeiro evento da Escola enquanto parte do grupo e a assinatura do termo de cooperação foi realizada ao vivo durante o encerramento do Seminário. Desde então, a Emeron tem ampliado sua participação nas discussões do grupo e tem oferecido vagas em seus cursos e eventos para os órgãos membros.

Ações em conjunto com a Ecoliga:

Evento	Data	Carga horária	Número de participantes
Semana da Mulher: Justiça e Equidade	08 e 10 de março de 2021	4 h/a	1.147
I Seminário de Sustentabilidade da ECOLIGA/RO	1, 8, 15, 22 e 29 de junho de 2021	10 h/a	2.830
Semana do Meio Ambiente	21 de junho de 2022	2 h/a	Ainda não realizado
Total de participantes			3.977

Formação Continuada

Em 2020, desde março, quando foi submetida a solicitação de adesão ao Pacto Global, até a véspera do recesso forense (dezembro), foram executados 57 cursos de aperfeiçoamento/capacitação próprios da Emeron, além de mais de 18 cursos contratados e acompanhados pela Escola. Os cursos são divididos em cinco grandes áreas: administrativa/gestão, judiciária, educação, tecnologia da informação e responsabilidade social e atenderam a:

Tipo de Vínculo	Pessoas capacitadas	Porcentagem da força de trabalho ⁶ capacitada
Servidores(as)	1246	47,49%
Magistrados(as)	65	53,65%
Total	1491	53,36%

Já em 2021, entre janeiro e dezembro, foram promovidos 131 cursos de formação ou aperfeiçoamento, com a participação de:

Tipo de Vínculo	Pessoas capacitadas	Porcentagem da força de trabalho capacitada
Servidores(as)	2.215	83,49%
Magistrados(as)	100	73,53%
Total	2.315	83%

⁶ A força de trabalho atual do Tribunal de Justiça de Rondônia é composta por 3.570 servidores(as) e 136 magistrados(as).

Abaixo relacionamos as ações mais marcantes quanto à relação com a Agenda 2030 e com os princípios do Pacto Global.

Direito Penal e Leis Especiais Penais

Ofertado com a proposta de oferecer condições para discussão e compartilhamento de realidades e experiências à luz das recentes alterações legislativas na área penal, o curso reuniu magistrados(as) do Tribunal de Justiça estadual com competência criminal e seus assessores(as) e assistentes técnicos, tanto das comarcas do interior como da capital. O curso foi o primeiro adaptado para o formato Ead após a suspensão das atividades presenciais.

A formação teve uma turma realizada em 2020 e outras duas em 2021, além de um curso derivado, voltado aos técnicos e técnicas judiciárias e que teve como foco os aspectos práticos da execução penal.

Violência Doméstica

A Capacitação para o Atendimento à Mulher Vítima de Violência foi destinada a magistrados(as) com competência criminal e seus assessores(as), além de assistentes sociais e psicólogos(as) do Tribunal de Justiça. A formação objetivou possibilitar a compreensão da importância do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, instituído por meio da Resolução 284/2019/CNJ, para a prevenção e o enfrentamento de crimes e demais atos praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em 2021 o tema voltou a ser abordado em duas novas turmas do curso Violência Doméstica sob a Perspectiva de Gênero, ofertado conforme a recomendação 79/2020 do CNJ, que determina a capacitação em direitos fundamentais, desde uma perspectiva de gênero, de todos os juízes e juízas atualmente em exercício em Juizados ou Varas que detenham competência para aplicar a Lei no 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Mediação e Conciliação

A promoção de cursos de formação e aperfeiçoamento de conciliadores e mediadores é uma resposta do Poder Judiciário de Rondônia à Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses e ao Provimento nº 67/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu a resolução de conflitos por conciliação nas atividades notariais e registrais.

Durante o biênio, diversas formações com as temáticas foram promovidas, tanto para o público interno, quanto externo. Para o público interno, foram ofertadas, dentre outras, as formações “Aperfeiçoamento para Conciliadores e Mediadores dos Cejusc’s⁷ - Liderança e seu exercício: Teoria e prática de mobilização social para o aperfeiçoamento de sistemas de justiça”, “Mediação Familiar Emancipadora e Responsável” e “Formação de Conciliadores para Oficiais de Justiça”.

⁷ Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC

Por meio da Emeron também foi promovida a Formação de Mediadores Organizacionais, curso contratado para a capacitação em processos de mediação entre indivíduos, grupos e equipes e que atendeu a dois psicólogos lotados na Seção de Desempenho e Desenvolvimento de Gestores e Servidores.

Já o público externo foi beneficiado por meio do curso Formação de Conciliadores, realizado em várias turmas direcionadas à tabeliães, substitutos e colaboradores de Tabelionatos de Protesto, integrantes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do Programa de Orientação, Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), além de policiais civis e militares.

Sustentabilidade

A sustentabilidade também foi tema de várias formações promovidas no biênio, seja diretamente ou por temas relacionados, em atendimento ao compromisso da Emeron enquanto signatária do Pacto Global e também às normas do Conselho Nacional de Justiça sobre o tema.

O curso Sustentabilidade promoveu quatro turmas, capacitando magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e colaboradores(as). A ação teve como objetivo apresentar o conceito de desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030 e como estes são integrados ao Poder Judiciário de Rondônia.

No início de 2021, a Emeron também viabilizou a participação de seus servidores(as) e do Tribunal de Justiça no curso Logística Reversa, promovido pelo Instituto O Direito por um Planeta Verde. A participação dos servidores buscou preparar as equipes para os novos modelos de obras e gerenciamento prediais, que visam a adequação das construções e da gestão de resíduos sólidos às políticas ambientais.

A Acessibilidade e Inclusão também foi tema de formação promovida em 2021.

Atuação Psicossocial

A atuação psicossocial recebeu grande atenção com diversas formações em temáticas relacionadas à atuação profissional destas categorias. Além do aprimoramento profissional com vistas à melhoria da jurisdição, os cursos tiveram como objetivo formar os servidores(as) para cumprimento das garantias de direitos, principalmente de mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência ou em situação de vulnerabilidade.

Medidas protetivas, direito à convivência familiar e comunitária, técnica de entrevista para o depoimento especial, intervenção junto à criança vítima de violência e adoção foram alguns dos temas abordados nos cursos.

Diante da criação, no TJRO, do Ninho - Núcleo Institucional Humanizado de Oitiva, o depoimento especial recebeu atenção maior com a realização de diversas formações em várias turmas. A formação e o núcleo visam atender à recomendação do CNJ para a implantação de sistema de depoimento videogravado para as crianças e adolescentes, a ser realizado em ambiente separado da sala de

audiências, com a participação de profissional especializado(a) para atuar nessa prática.

Alterações legislativas

Diante das várias alterações legislativas ocorridas recentemente, foram promovidas diversas ações educacionais centradas em formar magistrados(as) e servidores(as) para a atuação profissional alinhada às novas regras.

Neste sentido, destacam-se:

Seminário Lei do Superendividamento em Foco: ofertado a magistrados(as) com jurisdição cível e juizados especiais, conciliadores(as), assessores(as) e demais servidores(as) do PJRO, bem como membros(as) do Ministério Público, Defensoria Pública e OAB, o seminário contou com palestras em temas sobre educação financeira, conciliação, perícia e outros relacionados à nova lei, em vigor desde julho de 2021. Também foram realizados minicursos e oficinas para proposição de enunciados sobre o tema, aprovados em votação pelos(as) participantes.

Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/2021) e Elaboração de estudos preliminares e Termos de Referência: voltados à orientar magistrados(as) e servidores(as), bem como os integrantes da Ecoliga a respeito da nova legislação e também de funções administrativas relacionadas, como a elaboração de estudos e termos de referência.

Seminário Nova lei de improbidade administrativa: perspectivas e mudanças: o seminário apresentou o histórico de criação da lei de improbidade administrativa, compreendendo o movimento para a alteração da lei e explanou as mudanças na legislação e os efeitos na prática jurisdicional. O evento foi voltado a magistrados(as) e membros(as) do Ministério Público Estadual e contou com palestras e debates a respeito do tema.

Formação Docente

Anualmente a Emeron promove oficinas pedagógicas voltadas ao aperfeiçoamento da prática de seus docentes. Com a pandemia e a utilização da educação a distância, o workshop foi voltado ao desenvolvimento de competências para atividades docentes nesta modalidade, com abordagem de temas como ferramenta Moodle e seus recursos e planejamento e produção de materiais audiovisuais, com ênfase na gravação e edição de videoaulas.

Em 2021, a Oficina recebeu credenciamento com equivalência a Nível 2 do Programa de Formação de Formadores pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam).

Em 2022, a Oficina foi expandida, passando a capacitar também todos os servidores(as) e magistrados(as) interessados(as) em atuar como docente nas

ações educacionais da Emeron, de forma a aumentar a qualidade dos cursos de formação e aperfeiçoamento oferecidos pela Emeron.

A formação é ministrada por servidora do Departamento Pedagógico da própria Emeron, que auxilia os(as) docentes a conhecerem as ferramentas tecnológicas utilizadas pela Escola e a produzir conteúdo alinhado às suas políticas educacionais. Até o momento, mais de 130 docentes ou pretensos docentes já participaram da oficina.

4. Credenciar, no Conselho Estadual de Educação de Rondônia, curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Ambiental, com o intuito de burilar os entes do Sistema de Justiça

PPG: 1, 2, 7, 8, 9 e 10

ODS: 2, 4, 6, 11, 12, 13, 15 e 16

Em 22 de maio de 2020, a Emeron deu início à pós-graduação *lato sensu* em Direito Ambiental (AMBRO). A pós foi pensada como um espaço de construção de conhecimento para tecnologias inovadoras e políticas públicas do sistema de proteção ambiental no estado, de forma que o olhar da realidade amazônica fosse o centro de toda e qualquer discussão com vistas ao aprimoramento da atuação institucional voltada ao desenvolvimento humano e social sob a ótica da sustentabilidade da relação do homem com a natureza.

O curso ofereceu 47 vagas, sendo 10 para magistrados(as) e 14 para servidores(as), no cargo de assessores(as), do Tribunal de Justiça do Estado, tanto da capital como interior. As demais 23 vagas foram ocupadas por representantes de outras instituições integrantes do sistema de proteção ambiental: Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia (4), Ministério Público Estadual (10), Batalhão de Polícia Militar Ambiental (4), Polícia Civil (2), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama (1), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - Sedam (1) e Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Seccional Rondônia (1).

Em março de 2021, o Conselho Estadual de Educação de Rondônia - CEE/RO concedeu, por dois anos, autorização de funcionamento para o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Ambiental, permitindo que neste período possam ser realizadas novas turmas da especialização.

Além do impacto direto nos discentes titulados especialistas, a pós-graduação tem um impacto indireto significativo considerando-se o conhecimento compartilhado nos órgãos participantes, bem como a melhoria na fiscalização, na denúncia e no julgamento de conflitos ambientais que atingem todos os moradores do Estado de Rondônia.

5. Articular projetos de extensão e de cunho social em benefício da comunidade, a exemplo do "Se a Vida Ensina, Eu Sou Aprendiz" (educação profissionalizante a menores em cumprimento de medidas socioeducativas e posterior encaminhamento para estágio), Justiça na Escola (abordagem de temas sociais - violência, direitos, afetividade e privacidade em escolas públicas) e Saber Solidário (arrecadação de doações para entidades assistenciais)

PPG: 1, 2, 6, 7, 8, 9 e 10

ODS: 4, 5, 8, 10, 13, 15 e 16

Durante o período compreendido entre maio de 2020 e maio de 2022, a Emeron realizou uma série de projetos de extensão. Algumas iniciativas anteriores a este período, como os Projetos "Se a Vida Ensina, Eu Sou Aprendiz", Justiça na Escola e Saber Solidário não puderam ser continuados diante de sua natureza, eminentemente presencial.

Entretanto, outras iniciativas foram propostas, de forma a continuar o vínculo social que caracteriza a Emeron enquanto instituição de ensino superior.

Programa de Residência Judicial

Ainda em 2020, foi ampliado o Programa de Residência Judicial, estágio optativo para complemento prático à Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura (EDCM). Com a alteração, o programa teve sua duração alterada de um para até dois anos, concomitante às aulas teóricas, e passou a permitir que alunos(as) de outras escolas judiciais e Instituições de Ensino Superior (IES) participem do programa de residência.

Na residência, os(as) discentes atuam em gabinete de magistrados(as) de primeiro e segundo grau do PJRO e recebem acompanhamento e orientação diretamente destes, sob supervisão da Emeron, fixando os conhecimentos aprendidos em sala de aula. A experiência visa, ainda, o aprimoramento do sistema de justiça, a partir da vivência prática dos dilemas enfrentados na jurisdição.

Com a mudança, entre 2020 e 2022, foram beneficiados mais de 90 bacharéis em direito e 30 magistrados(as).

Campanha Papai Noel dos Correios

Desde 2018, a Emeron colabora na campanha Papai Noel dos Correios, realizada anualmente pela Superintendência Estadual dos Correios em Rondônia.

Em 2020, foram atendidas 100 cartas de alunos, do 1º ao 5º ano, da Escola Municipal Pé de Murici, localizada no Bairro Planalto, Zona Leste de Porto Velho. O número de cartas adotadas foi menor em relação aos anos anteriores em virtude da pandemia do novo coronavírus, que impediu a mobilização presencial nos prédios do judiciário.

Foram atendidos diretamente uma média de 130 crianças, pois várias das cartas pediam doações também para os irmãos dos autores. Além dos brinquedos, foram entregues cestas básicas para as famílias. Também houve estímulo para que

magistrados(as) e servidores(as) das Comarcas do Interior adotassem diretamente no site da campanha, entretanto, o número de adoções não pôde ser aferido.

Em 2021, a campanha foi integrada à Mostra Cultural do Judiciário como contrapartida para a retirada de ingressos para os espetáculos do evento.

Clínica Escola de Métodos Adequados de Tratamento de Conflitos

A Emeron instituiu, ainda em 2021, a Clínica Escola de Métodos Adequados de Tratamento de Conflitos, sob a coordenação do Centro de Pesquisa, Inovação e Publicação Acadêmica – CEPEP. A Clínica tem por finalidade fomentar a produção de conhecimento docente e discente correlato aos métodos adequados de resolução de conflitos de interesses e contribuir para a pacificação social por meio da educação em direitos. A clínica atua através de palestras, oficinas e workshops para a comunidade, além de atividades práticas ou de pesquisas, realizadas em ambiências comunitárias, priorizando territórios vulneráveis e com elevados índices de violência e/ ou conflitos judicializados.

A clínica é composta por pesquisadores(as) vinculados(as) ao Centro de Pesquisa, Inovação e Publicação Acadêmica e é voltada a discentes do curso de Especialização *Lato Sensu* em Direito para a Carreira da Magistratura - EDCM da EMERON e do curso de graduação em Direito da Universidade Federal de Rondônia, vinculados(as) ao Núcleo de Prática Jurídica – NPJ.

Ações:

Sensibilização em Justiça Restaurativa Comunitária: voltado a 14 acadêmicos(as), sendo sete de graduação e sete de pós-graduação, visando a compreensão do rol de métodos adequados de resolução de conflitos de interesses, com vistas à sua aplicação nos atendimentos à comunidade;

Formação em Justiça Restaurativa Comunitária: realizada em parceria com a Associação Cultural e de Desenvolvimento do Apenado e Egresso (Acuda), direcionado a 38 participantes, sendo 30 pessoas em situação de cárcere e os demais, equipe técnica da Acuda, alunos de graduação e pós-graduação em direito.

Nos próximos meses também serão realizados cursos de comunicação não-violenta e de mediação, direcionados à população carcerária e para os acadêmicos(as) da Clínica, de forma a prepará-los a realizarem atendimentos em bairros periféricos de Porto Velho com altos índices de violência.

Campanha Adote o Futuro

Em alusão ao Dia da árvore, comemorado em 21 de setembro, a Emeron realizou a Campanha Adote o Futuro, promovida como atividade de extensão da Pós Graduação *Lato Sensu* em Direito Ambiental (AMBRO), em parceria com a Polícia Militar de Rondônia (PMRO), por meio do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA). A Campanha teve como objetivo a conscientização, especialmente das crianças, quanto à necessidade de preservação do meio ambiente como garantia de um futuro saudável para as próximas gerações, por meio da adoção de mudas de

árvores. Os adotantes compareceram à sede da Emeron em dias e horários previamente agendados, por meio de sistema *drive thru*, e receberam uma “certidão de adoção” das mudas, registrando o compromisso com o meio ambiente.

Durante os cinco dias de campanha, foram realizados 104 atendimentos e distribuídas 493 mudas de espécies como Ipê de várias cores, entre eles o Ipê branco, considerado raro; jaca, jabuticaba, caju, palmeira imperial, açaí, tento vermelho e palmeira cariota, que eram adotadas após orientação dos especialistas do BPA, que identificavam os objetivos da adoção: plantio em área urbana ou rural, árvore frutífera ou árvore para fazer sombra.

Em 2021 a ação ganhou reforços. Além da Emeron e da Polícia Militar, cinco órgãos integrantes da Ecoliga aderiram à iniciativa. Desta forma, a campanha foi realizada no período de 20 a 24 de setembro, de forma itinerante na sede da Defensoria Pública da União, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Estadual e Tribunal de Justiça de Rondônia, além do Fórum Geral Desembargador César Montenegro, em Porto Velho. Juntas, as instituições distribuíram mais de 700 mudas de espécies diversas, além de promover a conscientização de servidores(as), magistrados(as), membros(as), estagiários(as), colaboradores e sociedade em geral a respeito da preservação da natureza.

Somando os dois anos de campanha, foram integradas à natureza mais de 1000 novas árvores.

6. Exigir, em cláusulas contratuais, que as ações das empresas contratadas estejam alinhadas aos princípios do pacto e aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

PPG: 1, 2, 3, 6, 7, 8 e 9

ODS: 8, 12, 15, 16 e 17

O desenvolvimento sustentável no Tribunal de Justiça de Rondônia e, conseqüentemente, na Emeron, é regido pela Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (PJRO). Dentre os objetivos da Política está a incorporação de “parâmetros socioambientais nos processos de aquisições e contratações para promover a logística sustentável”.

A Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário do Estado de Rondônia é executada por meio do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJRO), documento vinculado ao planejamento estratégico da instituição e que apresenta as metas, prazos e mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados para o estabelecimento e acompanhamento de práticas sustentáveis.

O PLS-PJRO estabelece a Gestão Sustentável das Contratações como um dos temas de atuação. O tema apoia os ODS 8, 12, 15, 16 e 17. O plano prevê duas metas: (M4) Implantar o Catálogo de Bens e Serviços Sustentáveis, no âmbito do PJRO, até dezembro de 2021; e (M5) Realizar, a partir da implementação do Catálogo de Bens e Serviços, anualmente, no mínimo 80% das contratações observando os critérios de sustentabilidade, até dezembro de 2023.

Apesar da autonomia administrativa, a Emeron realiza suas contratações por meio do Tribunal de Justiça, seguindo seus regramentos. Desta forma, as contratações de bens e serviços realizadas pela Emeron se adequam ao Plano de Ação do tema Gestão Sustentável das Contratações do PLS-PJRO.

Em relação à meta (M4), o Guia foi implantado no início deste ano e os processos de aquisição passam por um processo de transição para o novo modelo.

Já com respeito à meta (M5), apesar da não finalização da meta M4, nos anos anteriores, a maioria dos contratos de serviços já possuíam cláusulas determinando a observância, por parte dos fornecedores, às leis e demais regulamentos que tratam de boas práticas ambientais, conforme exemplo abaixo:

DA ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS

13.1. Tendo em vista que o Tribunal possui atuação institucional de promover política de responsabilidade social e ambiental, a Contratada deverá observar a seguinte legislação:

- a) Lei Federal n. 6.938, de 31/08/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);
- b) Recomendação do CNJ n. 011, de 22/05/2007 (Adoção de Políticas Públicas);
- c) Instrução Normativa n. 01 STIL/MPOG, de 19/01/2010 (Sustentabilidade Ambiental); e
- d) Decreto n. 7.746, de 05/06/2012 (Desenvolvimento Sustentável nas Contratações).

Além disso, algumas contratações para fornecimento de material já exigem critérios sustentáveis, principalmente relacionados à logística reversa, como recolhimento de toners vazios e baterias descarregadas.

O Plano Anual de Contratações 2022 prevê a realização de 349 aquisições. Nos primeiros meses de 2022, foram realizadas 128 contratações, sendo 79 delas com observância aos critérios de sustentabilidade, o que representa 61% do total. Os dados foram obtidos a partir da implantação de sistema de monitoramento das contratações com critérios de sustentabilidade.

7. Informar as ações desenvolvidas por esta Escola, relacionadas aos dez Princípios do Pacto Global e aos 17 ODS, em relatórios a serem divulgados amplamente e encaminhados a essa instituição

PPG: 1, 2, 3, 6, 7, 8 e 9

ODS: 8, 12, 15, 16 e 17

Desde sua entrada no Pacto Global, a Emeron tem trabalhado de forma a relacionar todas as suas ações com os dez princípios e com os 17 ODS. Desta forma, os [relatórios de gestão do Biênio 2020-2021](#), publicados em 2020 e em 2021,

trouxeram ao conhecimento público todas as atividades desenvolvidas durante estes anos.

O documento também compõe o relatório anual do Tribunal de Justiça de Rondônia e integra o rol de informações oficiais enviadas para os órgãos de controle, contribuindo diretamente para o alcance da transparência e da melhoria da governança institucional.

Além dos relatórios de gestão já públicos, esta comunicação de engajamento, após sua apresentação à Organização das Nações Unidas, também será disponibilizada aos públicos interno e externo.

8. Apoiar projetos e parcerias já instituídos pelo Pacto Global

PPG: todos

ODS: todos

Ao longo destes dois anos, a Emeron apoiou projetos já instituídos e, principalmente, eventos promovidos pelo Pacto Global, bem como pelas agências das Nações Unidas no Brasil por meio da divulgação destes em seus canais de comunicação, estimulando a participação de seus públicos interno e externo.

Outra forma de apoio promovida foi a adoção de calendário de direitos humanos da Organização das Nações Unidas, seja com a divulgação das datas em redes sociais ou promoção de eventos alusivos, incluindo a utilização dos temas anuais das datas estabelecidas, como dia internacional da mulher, dia de combate às mudanças climáticas, entre outros.

9. Recepcionar eventos e deles participar, com o fito de dar efetividade às ações vinculadas aos dez Princípios, em especial no âmbito de atuação do Poder Judiciário, dentro das possibilidades institucionais

PPG: todos

ODS: todos

Considerando que o aceite da Emeron ocorreu logo após o início da fase mais restrita da pandemia da Covid 19, entre maio de 2020 e 2022, a Emeron não promoveu ou participou de eventos presenciais relacionados aos dez Princípios.

Apesar disso, durante este período, atuou para dar efetividade à sua carta de compromisso e desenvolver ações e projetos que se entrelaçam com os princípios, já apresentados nesta comunicação de engajamento.

11. Apoiar, por meio do Centro de Pesquisa e Publicação Acadêmica - Cepep, a produção científica relacionada às temáticas abrangidas pelo Pacto e pelos ODS.

PPG: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10

ODS: 4, 5, 8, 10, 13, 15 e 16

O Centro de Pesquisa, Inovação e Publicação Acadêmica - Cepep tem como finalidade fomentar pesquisas e publicações de cunho acadêmico no intuito de aprimorar a prestação jurisdicional, bem como disseminar o conhecimento científico produzido no âmbito do judiciário.

O Cepep atua no fomento às pesquisas jurídicas, sociojurídicas e gerenciais por meio de bolsas concedidas diretamente a pesquisadores(as) com ou sem vínculo funcional e por meio de parcerias com instituições públicas e/ou privadas; na publicação e disseminação da produção científica e acadêmica e no intercâmbio com instituições nacionais e internacionais.

Plano de Ação de Pesquisa para o Biênio 2020/2021 (PAP 2020/2021)

Publicado em setembro de 2020, o documento estabelece as metas, prazos e recursos para as ações de fomento, publicação e intercâmbio de projetos que serão institucionalizados no biênio. Dentre os destaques do programa, além da continuidade do plano anterior, estão o estabelecimento de grupos de pesquisas, com duas linhas cada. São eles:

1. Sistema Nacional de Precedentes (ODS 4, 16)

Linha 1 - Os fundamentos e institutos do sistema de precedentes no novo processo civil brasileiro

Linha 2 - Modelos de aplicabilidade do sistema de precedentes: realidades e desafios

2. Administração Judiciária e Tecnologia (ODS 4, 8, 9 e 16)

Linha 1 – Gestão e processos organizacionais

Linha 2 – Tecnologia e inovação aplicadas aos serviços judiciários

3. Direitos Humanos, Criminologia e Execução Penal (ODS 1, 3, 4, 10 e 16)

Linha 1 – Justiciabilidade dos direitos humanos

Linha 2 – Segurança Pública, Execução penal e ressocialização

4. Meio Ambiente, Família e Sociedade (ODS 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15 e 16)

Linha 1 – Violência contra a mulher, a criança e o adolescente

Linha 2 – Justiça e Sociedade na Amazônia

Publicações

Constitucionalidade, Transnacionalidade e Sustentabilidade (ODS 4)

Em junho de 2020, foi publicada a [edição 2020](#) do e-book, organizada pela professora doutora Denise Schmitt Siqueira Garcia e pelo Centro de Pesquisa, Inovação e Publicação Acadêmica (Cepep) da Emeron. O livro eletrônico apresenta 15 artigos, produzidos por alunos vinculados a pós-graduações *stricto sensu*, dentre eles membros do Tribunal de Justiça de Rondônia, e trata de assuntos como desenvolvimento sustentável, direito constitucional e transnacional, jusnaturalismo e aspectos socioeconômicos do meio ambiente, na perspectiva do Poder Judiciário.

Em 2021, a [publicação](#), desta vez organizada pelo Prof. Dr. Alexandre Morais da Rosa, Profa. Me. Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza e Prof. Me. Cleverton Reikdal, foi dedicada ao professor Stênio Castiel Gualberto, vítima da Covid-19.

Artigos

Dois artigos produzidos por magistrados durante o mestrado profissional interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS), programa oferecido pela Universidade Federal de Rondônia (Unir), em parceria com a Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron), foram publicados em periódicos nacionais em 2020. “[O encarceramento em massa e o aumento da violência nos estados da Amazônia Ocidental, 2005-2017: Análise e perspectivas](#)”, escrito pelo juiz do TJRO Lucas Flores, em coautoria com Rodolfo Jacarandá e Mateus Feitoza, foi publicado na Revista de Direito da Cidade, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), periódico classificado como Qualis A1, a nota mais alta pela Capes.

Já o Coordenador do Comitê de Redação Científica do Cepep, juiz Jorge Luiz Gurgel do Amaral, teve o artigo “[Robôs Inteligentes como Distopia do Processo de Acesso à Justiça](#)”, construído em parceria com Aparecida Zuin e Marcelo Xavier, publicado no livro LGPD & Administração Pública – Uma análise ampla dos impactos, lançado no final de julho pela editora Revista dos Tribunais (RT). O trabalho analisa o Direito como prática discursiva na era da cibercultura e cita o sistema Sinapses, desenvolvido por analistas do TJRO e que faz uso de Redes Neurais Artificiais no processo de aprendizagem e predição, como exemplo do uso da Inteligência Artificial para a agilidade processual e com potencial para revolucionar o judiciário brasileiro.

Duas magistradas, bolsistas da Emeron e discentes no doutorado interinstitucional em Ciência Jurídica, da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) em parceria com a Faculdade Católica de Rondônia, tiveram artigos selecionados entre os 40 melhores do I Concurso de Artigos Jurídicos, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). O artigo “[Novos Tempos. Novos Hábitos – O Juiz nas Redes Sociais](#)”, de Emy Karla Yamamoto Roque, também professora da Emeron, foi classificado em 16º lugar e será publicado, dentre os vinte melhores, pela revista eletrônica Consultor Jurídico (ConJur), parceira da AMB na iniciativa. Já Deisy Christian Lorena de Ferraz alcançou a 37ª posição no ranking final, com o

texto “A Imagem do Poder Judiciário e a Relação entre os Poderes da República: Independentes e harmônicos entre si?”.

Revista da Emeron

A Revista da Emeron é uma publicação anual lançada em agosto de 1996 e que tem como objetivo divulgar e instigar a produção intelectual de questões ligadas ao Poder Judiciário e à sociedade. A Revista foi reativada em 2018 e desde então é coordenada pelo Centro de Pesquisa, Inovação e Publicação Acadêmica (Cepep).

Em dezembro de 2020 a publicação chegou ao seu número 27 com artigos de autoria de alunos e ex-alunos das pós-graduações da Emeron, magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça, além de acadêmicos(as) de outras instituições e da comunidade jurídica de Rondônia. Pela primeira vez, passaram a figurar no conselho científico da Emeron pesquisadores(as) externos(as), representantes de universidades do Rio de Janeiro, Brasília e da Espanha.

Em junho de 2021, o Cepep lançou a vigésima oitava edição da publicação, desta vez como uma Coletânea de Resumos de Produções de 37 (trinta e sete) dissertações de egressos(as) do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS), programa desenvolvido pela Universidade Federal de Rondônia (Unir) e Emeron.

Já no mês de novembro do mesmo ano, a edição 29 apresenta resumos dos artigos dos(as) discentes da Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Ambiental. A pedido do próprio corpo discente, a publicação homenageou o Desembargador Miguel Monico Neto, Diretor da Emeron, por seu esforço e liderança pessoal na realização da pós graduação e de outras formações na área ambiental e de direitos humanos, bem como pela sua dedicação à causa ambiental no Estado de Rondônia.

Desde a retomada, todas as edições estão disponíveis no [site da Emeron](#).

Mestrado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça - DHJUS

Em 2017, a Emeron e a Universidade Federal de Rondônia - UNIR firmaram termo de cooperação com vistas à implantação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça. Entre 2017 e 2020 foram promovidas quatro turmas do curso, com reserva de 12 vagas para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário de Rondônia em cada processo seletivo.

Em 2020 foram promovidas tratativas para renovação do convênio entre a Emeron e a Universidade, com vistas à promoção de quatro novas turmas e a reserva de 10 vagas por turma para o Poder Judiciário. No novo acerto, também passam a fazer parte dos celebrantes o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública de Rondônia, com a reserva de 10 e 5 vagas, respectivamente. As demais

vagas são destinadas à ampla concorrência, respeitando-se as vagas reservadas à Política de Ação Afirmativa da Universidade e da Emeron.

Entre 2017 e 2020 foram titulados 87 mestres em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça, dentre magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário de Rondônia, promotores e procuradores(as) e serventuários(as) do Ministério Público Estadual, procuradores(as) federais e do trabalho, defensores(as) públicos e advogados(as).

A promoção do mestrado para os entes do sistema de justiça tem fundamental importância para a preparação e o aprofundamento dos magistrados(as), membros(as) e servidores dos órgãos envolvidos para uma atuação baseada nos direitos humanos, bem como para o burilamento da justiça, a partir de pesquisas acadêmicas sobre a rotina da justiça, do parquet e da defensoria, que, por tratar-se de mestrado profissional, resultam em produtos, processos, protocolos e outras ferramentas a serem implantadas nas instituições.

A título de exemplo, pode-se citar a ferramenta Dicionário de Termos Jurídicos, implantada no ano passado no sistema de busca processual, com suporte da Emeron. A ferramenta apresenta de forma simplificada o significado de termos jurídicos contidos nos processos judiciais. O protótipo foi desenvolvido pelo Juiz Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral na pesquisa “A justiça ao alcance de todos: uma proposta de diálogo na Jurisdição Cível”, que tinha como objetivo analisar a acessibilidade comunicacional das decisões e movimentos processuais pela perspectiva da linguagem inclusiva.

Com a renovação do termo de cooperação, até 2025, outros 120 profissionais serão titulados.

Mestrado Interinstitucional em Direito

Em 2021, a Emeron também firmou termo de cooperação técnica com o Ministério Público Estadual - MPRO e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ para a oferta do Mestrado Interinstitucional (Minter-PCI) em Direito a magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça de Rondônia – TJRO, membros(as) e servidores do Ministério Público Estadual, bem como sociedade em geral.

O Programa de Pós-Graduação em Direito foi criado pela UERJ em 1991. O curso é avaliado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes com conceito 5 (em uma escala de 1 a 5) e suas revistas recebem classificação Qualis “A”, que as caracterizam como periódicos de excelência internacional. O curso tem duração de 24 meses e possui duas áreas de concentração: “Pensamento jurídico e relações sociais” e “Cidadania, Estado e Globalização”.

Foram disponibilizadas 25 vagas na linha de pesquisa Direito Penal da área “Cidadania, Estado e Globalização”, sendo 15 vagas para o TJRO (5 para

servidoras e servidores e 10 para magistradas e magistrados); cinco vagas para o MPRO (4 para membros e 1 para servidoras e servidores); e cinco vagas para a concorrência universal, sendo respeitadas as Políticas de Ações Afirmativas da UERJ e da EMERON, com a reserva de cinco vagas para pessoas de baixa renda, pretas, quilombolas, indígenas e trans e uma vaga para pessoa com deficiência.

O curso teve início em outubro, de forma virtual, frente às medidas restritivas contra a Covid-19.

FICHA TÉCNICA

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia

Biênio 2020-2021

Desembargador Miguel Monico Neto

Diretor

Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa

Vice-Diretor

Jucilene Nogueira Romanini Mattiuzi

Secretária-Geral

Biênio 2022-2023

Desembargador Raduan Miguel Filho

Diretor

Juíza Karina Miguel Sobral

Vice-Diretora

Érica Machado e Silva de Carvalho Lopes

Secretária-Geral

Relatório Elaborado por Neuma Oliveira Souto Dória

Designada responsável pelo acompanhamento da integralização do Pacto Global e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável à Emeron - Biênio 2020-2021.